



MEU,
SEU,
NOSO
VOTO

**CONSTRUINDO O
VOTO RESPONSÁVEL:
POR ONDE COMEÇAR?**



Escola da
Política

**NOSSA
CAUSA**

**INSTITUTO
AURORA**
EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS

 **cidade
da
gente**



EDI TO RIAL

As eleições sempre marcam um importante momento de tomada de decisão em nosso país. Em 2020, mais do que nunca, votar não será apenas cumprir com um dever cívico, usufruir de um direito individual. Mas, será um ato solidário de impacto coletivo. Em 2020, votar pode nos afastar ainda mais ou...nos unir! Por isso, votar será, ainda mais nestes tempos de pandemia e de investidas contra a democracia, um ato de responsabilidade.

Vivemos um tempo de distanciamentos - não apenas pela pandemia de Covid-19 que tem nos devastado -, mas também de distanciamentos provocados por uma incapacidade de dialogarmos, de encontrarmos pontos em comum que nos levem à construção de uma sociedade pautada em uma cultura de direitos humanos e de democracia.

Por acreditarmos que o diálogo pode nos aproximar e nos transformar, o projeto **Meu, Seu, Nosso Voto** lança este e-book com conteúdos que podem inspirar pessoas comuns, como eu e você, a serem promotoras de diálogos sobre o voto responsável - em especial entre os jovens que votam pela primeira vez. Além deste e-book, desenvolvemos também um Guia de Rodas para Diálogos, com seis roteiros de diálogos sobre o voto responsável, o qual pode ser acessado pela [nossa página](#).

O voto responsável faz parte de um conjunto essencial de responsabilidades que cada ser humano deve ter para com a sociedade em que vive, a fim de coexistirmos com

dignidade e de forma respeitosa. O voto responsável é aquele que considera fundamental uma vida digna a cada pessoa que faz parte de nossa sociedade, sabendo que enquanto uma só pessoa em nosso país ainda for vítima de preconceito, ou não estiver tendo acesso aos seus direitos fundamentais, nós todos estamos errando. O voto responsável leva em consideração as necessidades de todas as pessoas, independente de gênero, raça, classe social, religião, faixa etária, nacionalidade. O voto responsável não deixa ninguém para trás.

E “não deixar ninguém para trás” é o lema da Agenda 2030 da ONU, com a qual estamos alinhadas, por meio do nosso compromisso com os ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 10 (redução de desigualdades) e ODS 16 (instituições eficazes, paz e justiça).

Esse projeto foi cocriado exclusivamente por mulheres, representantes das seguintes organizações: Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos, Escola da Política, Instituto Nossa Causa, Instituto Política Por.De.Para Mulheres e Instituto Sivis, com apoio do programa Cidade da Gente.

Desejamos a todas e todos que esse e-book faça parte da preparação para essa importante missão que temos nos próximos meses: dialogar para incentivar o voto responsável.

SU MÍ RIO

ALTERIDADE, TOLERÂNCIA, DIÁLOGO	2	• Politiquês	14
• Como está seu ponto de escuta?.....	3	• Ser político no dia a dia	15
• Um ponto sozinho não faz.....	4		
• Liga-pontos: um exercício coletivo para o diálogo... .	5		
 CIDADANIA DIGITAL	7	 #SOMOSPLURAIS	18
• Influência e ferramentas de transformação.....	7	• Por que a pluralidade fortalece o debate	
• Mobilização digital.....	8	democrático?.....	18
 MEU VOTO RESPONSÁVEL	9	• Será que estamos mesmo em lados opostos?	19
• Somos parte da solução	9	• Escolhendo quem vai representar?.....	19
• Ato individual de impacto coletivo	9		
• Mas, quais impactos coletivos?.....	10		
 APRENDENDO COM QUEM SABE	12	 #SOMOSCOMUNICADORES.....	22
 #SOMOSSERESPOLÍTICOS	14	• Desinformação.....	22
		• Como mudar isso?.....	23
		 APLICANDO.....	26
		 EXPEDIENTE.....	27

ALTERIDADE, TOLERÂNCIA, DIÁLOGO

Parece que nunca foi tão difícil encontrar pontos em comum entre nós - população brasileira - como neste começo de 2020. O que soa até contraditório, já que somos interpretadas como pessoas sociáveis. Só para você ter uma ideia, o Brasil é o segundo país no mundo que mais passa tempo nas redes sociais. A [pesquisa GlobalWebIndex 2019](#) afirma que ficamos

3 horas e 45 minutos diariamente nesses espaços virtuais interagindo, curtindo, compartilhando, comentando ou... só observando.

Assim, que para nos entendermos é preciso mais do que espaços de interação, pessoas falando, informação sendo transmitida, é preciso intenção para escutar. É preciso dialogar.

COMO ESTÁ SEU PONTO DE ESCUTA?

Certamente, você conhece alguém que fala, fala, fala e, no final, quando pergunta a sua opinião quase não lhe dá espaço para responder. Esse não é o retrato de

um diálogo. A essência do diálogo está muito mais na escuta.

Em um diálogo, há mais de uma voz ecoando, há equilíbrio nas falas - nenhuma se sobrepõe a outra - e, também, há uma disposição a dar atenção ao que está sendo dito.

Uma conversa qualquer pode ser polifônica, mas nem sempre estar ouvindo quer dizer estar escutando. Para escutar é preciso silenciar uma única voz: a nossa própria. Ao fazer isso, abrimos espaço para escutar as vozes de outras e outros.

Na escuta atenciosa afirmamos a existência da outra pessoa. A atenção transmite a valorização.

UM PONTO SOZINHO NÃO FAZ...

Diálogo. Democracia.



Vivemos um tempo em que uma parcela da população brasileira crê apenas em suas próprias verdades, vê apenas as suas próprias dificuldades, movimenta-se apenas em direção a si mesma.

Assim, as pessoas diferentes de um padrão dominante em nossa sociedade passam a ocupar uma subcategoria de seres humanos, como nos mostra o pesquisador Tomaz Tadeu, no livro *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*.

Nessa (sub)categorização de pessoas, é como se a relação entre o eu e o outro/a outra fosse se fragilizando à medida que esse outro/outra vai tendo sua voz silenciada, suas dores minimizadas, suas conquistas debochadas, sua existência anulada. A noção de humanidade comum se perde e essa outra pessoa se torna uma coisa - amorfia - alvo de ódio.

LIGA-PONTOS: UM EXERCÍCIO COLETIVO PARA O DIÁLOGO

Não é por acaso que vemos um elevado número de denúncias de discurso de ódio na internet. Na página da organização SaferNet, só no ano de 2019, foram realizadas 7.658 denúncias contra “apologia e incitação a crimes contra vida”. Em 14 anos, foram 715.289 denúncias desse tipo.

Se somarmos a essas denúncias, os registros referentes a racismo, homofobia, violência contra mulher, neonazismo, xenofobia e intolerância religiosa - todas situações que podem estar associadas ao discurso de ódio - temos um número de 1.775.408 casos denunciados de 2006 a 2019.

Podemos interpretar que os autores desses discursos são intolerantes. Não há como negar. Então, será que se eles fossem mais tolerantes seria suficiente para mudar esse cenário? A tolerância pode nos oferecer uma mínima condição para não vivermos um caos social, mas ela também pode nos jogar para um buraco de indiferença. Os [pesquisadores Maria Betânia do](#)



[Nascimento](#) e [Ferdinand Röhr](#) vão nos provocar a reflexão de que, muitas vezes, o esforço de quem tenta ser tolerante está direcionado para não desprezar o outro, ao invés de estar voltado para mudar a forma como vê o outro e mudar os seus próprios esquemas mentais preconceituosos.

Decidir aceitar os próprios preconceitos e agir para transformá-los é um passo fundamental para se viver em uma sociedade disposta a criar vínculos honestos e não apenas se tolerar. É decidir reconhecer que o outro - ainda que diferente - é tão digno de respeito e de garantia de seus direitos quanto eu, você, ou qualquer outro ser humano.

Nessas bases, o diálogo acontece. Não é um objetivo do diálogo buscar a concordância entre todas as partes. Mas, promover o reconhecimento mútuo e a construção coletiva de uma resposta que supere os conflitos - naturais de toda relação. É preciso olhar para o outro, a outra, e afirmar que sem ele ou ela não será possível ligar todos os pontos para o desenho da democracia.

CIDA DANIA DIGITAL

Considerar as novas formas de interação e participação pública das pessoas na Era da Informação também exige uma adaptação das leis que regem nosso país. Dessa forma, a internet pode ser um local seguro e igualitário. A web e as mídias digitais não só mudaram a forma que nos comunicamos e interagimos uns com os outros, mas também ressignificaram a participação dos cidadãos nos processos decisórios e na política em geral.

A Cidadania Digital é um vasto campo de estudos que considera, além da perspectiva dos indivíduos, a tecnologia - incluindo big data, inteligência artificial não humana e algoritmos. Estes últimos também suscetíveis à programação discriminatória e sob a responsabilidade de grandes corporações. Tomar consciência desse ecossistema é um passo para uma navegação mais consciente e responsável.

Nessa perspectiva, concordamos com uma das proposições do [Manifesto pela Cidadania Digital](#), escrito por pesquisadores, professores e centros de

pesquisa de vários países: “se a democracia política limita a participação dos cidadãos na escolha de seu representante a cada quatro ou cinco anos, a cidadania digital pode transformar a participação e a ação em um processo compartilhado, baseado na troca contínua de informações e interações complexas entre humanos e não humanos”.

A rede é tomada de discursos que podem determinar o futuro de um país, enquanto ainda enfrenta desafios legais e éticos. Mas, se esse é um processo compartilhado, somos corresponsáveis por ele.

INFLUÊNCIA E FERRAMENTAS DE TRANSFORMAÇÃO

Em um complexo e amplo universo de discurso, as redes sociais ganham o protagonismo nos embates sociais. Uma das ferramentas desse espaço de disputa é a hashtag. O código “#” ajuda as redes sociais a organizarem os assuntos mais comentados. Pautas globais e locais, dos apelos de fãs da Beyoncé a pedidos de impeachment.

Mas por que ser o mais comentado, ganhar mais likes e compartilhamentos? Popularidade e visibilidade. Como? Engajamento e senso de comunidade. Os mesmos propósitos de mobilização que conhecíamos antes da internet, porém com novas ferramentas de organização.

As pesquisadoras Graciela Natansohn e Josemira Silva Reis (UFBA), dedicadas a compreender as questões de gênero e o uso tecnologias digitais, reforçam que as hashtags têm operado como importante ferramenta de mobilização para as mulheres. Tomamos emprestado o ponto central que as autoras defendem pois acreditamos caber para diferentes causas.

Nesse caso, as hashtags contribuem para dar visibilidade a causas sociais, pressionar o poder público na tomada de decisões, estimular partilha e solidariedade.

MOBILIZAÇÃO DIGITAL

No final de março de 2020, o Ministério da Educação anunciou a data do Exame Nacional do Ensino Médio

(Enem) do ano. Os estudantes brasileiros enfrentavam as aulas a distância devido à pandemia de Covid-19, o que acentuava as desigualdades sociais, prejudicando os estudantes mais pobres sem acesso à internet. Por isso, organizações estudantis com o apoio de *influencers*, ativistas, artistas e políticos organizaram a campanha #AdiaEnem para pressionar o poder público. Em alguns dias, a pressão popular conseguiu fazer com que o MEC adiasse a prova.

O ano de 2015 foi considerado o ano do feminismo na internet no Brasil. Várias campanhas como #MeuAmigoSecreto e #ChegaDeFiuFiu levaram milhares de mulheres a compartilhar, muitas pela primeira vez, casos de assédio sexual - sobretudo vivido na infância e juventude. Outras hashtags, no mesmo período, levaram mulheres a se manifestar na internet e também nas ruas, em um período que a imprensa brasileira chamou de #PrimaveraDasMulheres.

Além das campanhas organizadas que geram

engajamento por um interesse ou ideia comum, muitas mobilizações ocorrem de forma espontânea. O desabafo de uma, vira a luta de muitas.

A mobilização virtual, ou “ativismo de sofá”, tem contribuído para que pautas historicamente marginalizadas cheguem à superfície das discussões sociais, em novos espaços, dentro e fora da internet. Não à toa, entre 2015 e 2016, juntamente com uma ascensão de mobilizações feministas, cresceu o número de buscas por palavras no Google como “empoderamento”, “feminismo” e “sororidade”, bem como aumentou o número de denúncias de violência contra a mulher no Disque 180.

A mobilização nas redes sociais não muda por si só o mundo, mas é capaz de exercer papel importante no processo de transformação da sociedade. A internet é e pode ser - assim como tudo na vida - o resultado de nossas propostas e ações.

MEU VOTO RESPON SÁVEL

Você já vivenciou uma situação em que se sentiu prejudicada, em que achou que as pessoas em quem você confiava podiam fazer algo para evitar um problema na sua vida, mas não fizeram nada? E, será que você também já esteve na posição de alguém que não fez coisa alguma para evitar que o outro fosse prejudicado?

O tempo todo estamos nestes papéis. Às vezes, somos as pessoas prejudicadas. Às vezes, somos as pessoas que são coniventes com o prejuízo causado ao outro.

Na hora de votar, além de estarmos conscientes do nosso ato, precisamos nos sentir responsáveis por ele. Ao trazer a palavra “responsável” para ao lado da palavra “voto”, convoca-se cada pessoa da sociedade para assumir a sua autorresponsabilidade.

SOMOS PARTE DA SOLUÇÃO

A autorresponsabilidade é uma atitude que reconhece

que tanto as vitórias quanto as derrotas da vida de alguém são responsabilidades dele próprio e não de outros. De modo algum, ignora-se aqui os fatores sociais, culturais e históricos que influenciam as trajetórias de vida.

Mas, a autorresponsabilidade é uma das posturas pessoais que nos permite perceber que se o país enfrenta problemas, uma parte da responsabilidade por não estar tudo bem é de cada um de nós também! Ao exercitarmos a autorresponsabilidade abrimos mão de só querer encontrar o culpado e passamos a investir mais a nossa energia na tentativa de transformar o problema, nos inserindo como parte da solução.

ATO INDIVIDUAL DE IMPACTO COLETIVO

Por isso, o voto responsável tem como motivação transformações sociais efetivas, no âmbito econômico e social, colocando no centro do debate político pautas invisibilizadas. Para isso, por vezes, é preciso romper com o medo da mudança.

O voto responsável nos desafia a votar em alguém, com quem talvez não se tenha muitas semelhanças ou identificação nas expressões de ser, mas é uma pessoa comprometida em fazer da sociedade um lugar para todas e todos.

Para avaliar uma proposta política, devemos nos questionar sobre o seu impacto na vida das pessoas que serão beneficiadas ou prejudicadas por ela. Por exemplo, para conter os índices de violência, o foco deve ser a criação de vagas em presídios ou mais investimento em educação?

A provocação do voto responsável é justamente entender que o voto não deve responder apenas aos interesses, demandas e anseios individuais de cada um. A manutenção das nossas liberdades e igualdades é uma via de mão dupla.

Outro exemplo possível é: uma pessoa cristã tem todo

o direito de não querer frequentar outros espaços religiosos que não os seus, mas, enquanto cidadã, ela tem o dever de defender que pessoas de outras religiões tenham seus espaços de culto preservados. Só desta forma, a liberdade religiosa não será fragilizada.

Ao preservar a liberdade do outro, preservamos a nossa própria. Uma vez que vivemos em sociedade, precisamos aceitar que o voto é um ato individual, mas com impactos coletivos.

MAS, QUAIS IMPACTOS COLETIVOS?

Alguns dados quando relacionados apontam reflexões nesse sentido. Dos primeiros 15 países com as melhores classificações no Índice de Democracia, todos ocupam a melhor classificação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Índice de Democracia leva em consideração 5 aspectos: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento

do governo, participação política, cultura política, liberdades civis. Por sua vez, o IDH considera três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Para conseguirmos ter um comparativo, o Brasil possui o que o Índice de Democracia chama de “democracia imperfeita”, com números muito parecidos com os da Índia. O Brasil está na segunda categoria do IDH, enquanto a Índia na terceira. São quatro categorias ao todo.

Já, o país com a pior colocação em termos de democracia é a Coreia do Norte, em que a população vive sob um regime autoritário, sem a possibilidade de votar e exercer demais liberdades civis. No último relatório do IDH, os dados deste país nem sequer puderam ser atualizados.

Ao correlacionarmos esses números, podemos nos questionar sobre o quanto viver em uma democracia



influencia na dignidade e na qualidade de vida de uma nação. Podemos, ainda, nos perguntar o quanto pontos de vista diferentes em um governo associados a uma cultura democrática, são capazes de alterar estruturas e reduzir desigualdades, principalmente se a população exerce o voto com responsabilidade e se engaja para cobrar transformações.

Aprendendo com quem sabe



“Política todo mundo faz. Ato político é todo aquele que influencia na vida da comunidade”.

Mário Sérgio Cortella, filósofo.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=16lFoqraH7I>



“O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. (...) Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva”.

Djamila Ribeiro, filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira.

Fonte: *O que é lugar de fala* (2017).



“(...) Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo.

Fonte: *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural* (2003).



“As reivindicações de pessoas [sistematicamente excluídas] não estão sendo contempladas e é fundamental que a gente paute os mecanismos de controle e de exclusão para reverter esse quadro”.

Megg Rayara, professora universitária e primeira mulher trans negra, a conquistar o título de doutora no Brasil.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=4kDRbCUgTu4>

Aprendendo com quem sabe



“As redes aproximam atores sociais diversificados — dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações —, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural”.

Ilse Scherer-Warren, doutora em sociologia, professora aposentada, pesquisadora e uma das fundadoras do Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais da UFSC.

Fonte: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100007&script=sci_arttext&tlang=pt



“A política visa a criação de unidade num contexto de conflito e diversidade; está sempre preocupada com a criação de um 'nós' pela determinação de um 'eles'. A inovação da política democrática não é a superação da distinção nós/eles, mas a maneira diferente de estabelecer essa distinção. O problema fundamental é como operar a discriminação nós/eles numa forma compatível com a democracia pluralista”.

Chantal Mouffe, Professora de Teoria Política na Universidade de Westminster.

Fonte: Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural (2003).



“Vivemos um contexto de máxima visibilidade, de excesso de circulação informatacional, de uma enorme disposição para a polêmica, para o debate, [...] para o like, para o unlike, mas ainda mais, como bem disse Sennett, para a vida em gueto, reclusa àqueles que pensam e agem como eu [...]. A integração e o diálogo são desafios para o campo da comunicação na saúde, assim como são para uma sociedade democrática”.

Igor Sacramento, pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz).

Fonte: <https://portal.fiocruz.br/noticia/entrevista-fake-news-nao-tem-como-ser-combatidas-ou-eliminadas-diz-igor-sacramento>

SOMOS SERES POLÍ TICOS



Conversar sobre o aumento da passagem de ônibus. Ficar pensativa sobre o uso das imagens em câmeras públicas que fazem reconhecimento facial. Querer saber mais sobre as medidas que serão tomadas para prevenir a expansão de um vírus. Todas essas são situações permeadas por perguntas políticas, que refletem a nossa condição de ser político.

Falar de política é, na verdade, falar do espaço público que compartilhamos enquanto sociedade e do que acontece nele.

POLITIQUÊS

Vale fazermos aqui uma diferenciação entre “o ser político”, “a política” e “o cenário político”. Para isso, vamos apresentar definições baseadas no artigo *Uma perspectiva crítica sobre Democracia e Direitos Humanos*, do professor de Filosofia na Universidade de Sevilla David Rubio, que tem como referência Helio Gallardo.

O ser político: somos eu, você, a mãe, a jardineira, a professora, a médica... São todas as pessoas que integram uma sociedade, um espaço público. Ser político diz respeito às nossas relações humanas no espaço em que coexistimos.

A política: é representada pelas instituições encarregadas de manter a ordem pública e o interesse público. Por exemplo, a assembleia legislativa, o poder judiciário, os meios de comunicação etc.

O cenário político: faz referência aos âmbitos protagonizados por seres políticos inseridos na política. Um partido político, por exemplo, pode tornar um ser político (um cidadão e uma cidadã) em um candidato ou candidata, que desempenhará um papel na política. Assim, temos um cenário político.

SER POLÍTICO NO DIA A DIA

Eu não sei na sua casa, mas na minha e de muitas amigas, até bem pouco tempo atrás, valia o seguinte ditado para os encontros de família: "Futebol, religião e política não se discute". Digo que esse ditado valia (no passado) na cultura familiar de muitos brasileiros, porque isso mudou.

Para continuarmos falando desse assunto, a seguir, você confere uma entrevista com a jovem eleitora **Agatha Rocha**, 18 anos. Agatha vota pela primeira vez neste ano de 2020. Ela é estudante de Administração, na UFPR, e integra os movimentos Youth Action Hub (YAH) e Global Shapers Hub, ambos de promoção da liderança jovem em âmbito local, visando impacto global.



MEU,
SEU,
nossa

Meu, Seu, Nosso Voto: Como você se vê enquanto ser político?

Agatha Rocha: Para mim, política nunca foi algo distante. Eu nunca fiz essa separação entre “eu/ nós” e “a política”. Quando eu fiz 18 anos, logo fiz meu título de eleitora. Desde mais nova, sempre quis participar ativamente do meu país.

Quando percebemos que somos seres políticos, percebemos que cada um de nós é protagonista e precisa começar a exercer isso, fazer parte da construção do nosso país.

Eu acredito que o Brasil pode ter avanços e esses avanços contam com a participação de todo mundo. Não só do governo, do terceiro setor... Todo mundo precisa trabalhar em conjunto. Por isso, integro dois hubs de jovens líderes locais: o Youth Action Hub e o Global Shapers.

MSNV: E como a sua atuação no YAH e no Global Shapers se relaciona com a sua vida enquanto “ser político” e o seu dia a dia?

AR: Tanto o YAH quanto o Global Shapers atuam localmente para impactar globalmente. Nossos trabalhos são de conscientização.

Percebo que é importante termos o sentimento de que somos parte. Quando eu faço parte do YAH e do Global Shapers, eu estou em um grupo de pessoas que tem vontade de fazer acontecer e que acredita que os jovens têm capacidade para pensar em soluções sociais inovadoras e efetivas.

Quando eu comecei a participar dos grupos, eu percebi que todo mundo - inclusive jovens - deveria ter as ferramentas necessárias para poder disputar um espaço na sociedade de igual para igual. Todos nós devemos ser protagonistas para a mudança ser sistêmica.

MSNV: Agatha, dá para perceber que você é muito esperançosa quanto às mudanças na política. Mas, sabemos que muitos jovens têm um sentimento oposto ao seu. De acordo com os dados do TSE, da última eleição de 2018, apenas 1 entre 5 jovens com idade para fazer o título o fez. O que te motivou a fazer o seu?

AR: Infelizmente, tenho alguns amigos que falam que não vão votar, vão pagar uma multa e tudo bem. Mas, para mim, o voto não é uma obrigação, é um direito conquistado com muitas lutas. As mulheres e alguns grupos étnicos não podiam votar até alguns anos atrás. Precisamos valorizar isso.

De uma vontade de ver a sociedade se reinventar nos espaços de poder para garantir que antigos espaços sejam ocupados por novas pessoas, tornando a política mais diversa e inovadora.

MSNV: Essa noção de pertencimento é muito presente nas redes sociais. E estamos vendo o lado bom e ruim disso. Cada vez mais temos percebido o quanto os algoritmos trabalham para nos manter em nossas bolhas, o que torna nossa noção de pertencimento reduzida aos nossos iguais. Você, como uma nativa digital, considera que podemos driblar essa lógica e iniciar diálogos que levem a uma noção de pertencimento mais plural nestas eleições?

AR: Há um tempo, vários amigos não eram tão interessados em política e, agora, com a pandemia, estão deixando de tapar os olhos para a realidade.

Nós estamos vendo que o voto irresponsável está tendo consequências graves durante uma pandemia. Com a internet, isso ficou ainda mais explícito e os movimentos digitais que surgiram nos mostraram os problemas que enfrentamos. Com o #blacklivesmatter, por exemplo, parece que as pessoas entenderam que racismo existe.

As informações estão aí e eu acho que, por mais que as pessoas não queiram saber de política, no dia a dia, isso é inerente. Sendo ou não de algum partido, a gente precisa começar a entender que votar é muito mais do que só apertar um botão. E mesmo o apertar do botão deve ser intencional. Para mim, o voto responsável não pode ser anulado nem deixado em branco.

Talvez isso seja uma marca nessas eleições. As pessoas começaram a ver o que não viam. E, mais importante, elas começaram a querer ver.

#pxuxandopapo



De quem é a culpa?

Neste vídeo de linguagem acessível, a gente entende a diferença entre culpa e autorresponsabilidade. Ter autorresponsabilidade é fundamental para exercermos o voto responsável.



A definição de política segundo Aristóteles

Ouvimos sobre a filosofia de Aristóteles no que tange a vida em sociedade neste vídeo. Somos seres políticos justamente porque não vivemos de forma isolada. Entender que ser político significa viver em sociedade é fundamental para a compreensão da importância do voto responsável.



Rings of Responsibility

Este vídeo [inglês] nos demonstra os efeitos cascata de nossas ações. Entender que nossas ações individuais possuem impactos coletivos é fundamental para melhor compreendermos os impactos do voto responsável.

SOMOS PLURAIS

Pluralidade significa a convivência pacífica com quem ou o que é diferente. É a capacidade de reconhecer e aceitar pessoas e pensamentos diferentes do nosso.

Por essa razão, na hora de fazer uma escolha política, você pode se questionar se essa decisão reflete apenas o seu pensamento ou vários pontos de vista. Mais importante do que isso: essa escolha impediria com que outras pessoas expressassem as suas visões de mundo?

Somos tantos e tão diferentes, que pode parecer difícil acreditar que a escolha de um tenha a ver com os demais, mas essa é a base da democracia. No sistema político em que vivemos, a participação de cada um se soma, formando uma maioria que decide quem vence a eleição e, depois, quais interesses são os mais importantes.

POR QUE A PLURALIDADE FORTALECE O DEBATE DEMOCRÁTICO?

Ocorre que, depois de eleitos, os candidatos devem

representar todos nós – pensando igual ou diferente deles - e não apenas os próprios eleitores.

Essa é a ideia central por trás da **representatividade**. Se você não se sente representado, pode ser porque seus interesses não estão de acordo com o da maioria ou, ainda, porque quem está eleito não tem considerado o seu ponto de vista.

Daí a importância do respeito à pluralidade. Esse sentimento de não estar sendo escutado ou de não fazer a diferença é mais comum do que você imagina, mas fazer parte em uma democracia depende de somar pontos de vista que não são comuns.

Claro que, em uma sociedade numerosa e diversa como a nossa, não é possível agregar todos os interesses, mas é possível construir consensos que considerem as nossas diferenças. Talvez seja tempo de pensar quem é incluído e quem é excluído do jogo e por quê.

SERÁ QUE ESTAMOS MESMO EM LADOS OPOSTOS?

A pluralidade de pensamento fortalece o debate democrático, porque ajuda a formar maiorias com base na troca e não na imposição de ideias. Falamos neste material sobre o poder das fake news no impedimento da formação de consensos, porque distorcem a realidade e criam um ambiente de polarização entre as pessoas.

Assim, é válido perceber que no jogo político é mais fácil dividir um país em dois grupos que ficam brigando entre si como torcidas rivais. Mas, a quem serve essa divisão? Assim como a mentira, um discurso sem discussão e escuta, baseado em autoridade ou discórdia, está silenciando algum ponto de vista.

A falta de uma identidade coletiva tem sido colocada no centro da crise de representatividade. Talvez, por isso, muitas pessoas buscam espaços e grupos em que se sintam parte.

Não quer dizer que em um grupo de semelhantes todos pensem da mesma forma e concordem em tudo, mas certamente é mais fácil assumir uma identidade política a partir de elos coletivos. Cor, etnia, gênero, classe social, visão econômica são fatores que juntos compõem nossa percepção de mundo.

ESCOLHENDO QUEM VAI REPRESENTAR

A caminho das eleições é tempo de nos perguntarmos: quem me representa? E essa questão só pode ser respondida por você. Por isso, valorize o seu voto! Ainda que a consciência política seja uma construção individual, as decisões políticas nunca serão.

O voto é uma decisão individual de impacto coletivo. A democracia depende do respeito de cada um ao direito do outro de ser quem é. Isso gera uma responsabilidade pela vida dos que nos cercam, já percebeu?

MEU,
SEU,
NOSO
VOTO

Por isso, convidamos você a pensar, lembrando da sua história, mas também da sua comunidade. Talvez, a melhor pergunta a ser feita é: quem **nos** representa?

Para dar continuidade a essa reflexão, conversamos com a **Gabriela Grupp** que é graduanda em Direito pela UFPR, diretora-executiva do Instituto Política por.de.para Mulheres, coordenadora do grupo de produção de conhecimento negro R.A.P. – Resistência Ativa Preta e filiada ao Movimento Negro Unificado (MNU-PR).



Meu, Seu, Nossa Voto: Você considera a nossa sociedade plural?

Gabriela Grupp: A sociedade brasileira é muito rica culturalmente. Apesar de preferir enaltecer suas origens europeias, o Brasil tem povos indígenas que, desde os tempos pré-coloniais, protegem suas histórias e cosmovisões; povos de raízes africanas que, hoje, reúnem a cultura de suas etnias originárias com as que foram desenvolvidas já no território brasileiro; povos de origens orientais; entre outros. Sem dúvidas, somos um povo muito diverso. Isso não significa que todos convivem pacificamente com a diferença. Pelo contrário, no Brasil a ideia de que “todos somos iguais” serve para blindar diferenças que muitas vezes acarretam em desigualdades estruturais, como de acesso à justiça, à saúde e à educação. Falar em igualdade sem reconhecer que existe diferença tem sido um problema de anos. Sem esse reconhecimento, não há uma convivência plural, há um predomínio de vontades de um grupo político específico, ainda que não quantitativamente majoritário.

MSNV: Por que a pluralidade fortalece o debate democrático?

GG: Quando a gente reconhece as nossas diferenças e entende que, muitas delas, advém não só dos nossos interesses, mas de como a sociedade brasileira se organizou no decorrer da história, a gente percebe que muitas injustiças podem ser resolvidas com o fim de muitos privilégios.

Esse trabalho de pensar na diferença, ou seja, pensar na realidade do outro, é um exercício bem difícil quando somos constantemente ensinados a preservar a nossa individualidade acima de qualquer coisa. O sistema capitalista no qual estamos inseridos nos impõe um afastamento dos outros sujeitos políticos que dividem o espaço conosco.

Com esse movimento, um grupo político específico pode continuar usufruindo de seus privilégios, sem que o indivíduo reconheça, em um plano amplo, que ele não existe por si só, mas pela sua convivência com o coletivo.

MSNV: Quais outros fatores você considera que prejudicam o nosso convívio coletivo?

GG: As desigualdades identificadas em relações de gênero, raça e sexualidade também devem ser levadas em consideração. Elas também operam em desfavor do coletivo.

Quando a gente se desprende de alguns padrões de convívio individualizados, que nos afastam do todo, em favor de um pensamento sobre a realidade do outro, a pluralidade é formada. E quando falo em repensar a individualização, não é sobre negar nossa subjetividade. Pelo contrário, é reconhecê-la a tal ponto que se torna necessário reivindicá-la perante a sociedade, ao invés de se isolar dela.

Considerando que a democracia representativa é justamente pensar nessa possibilidade de um outro representando os nossos interesses, sem dúvidas queremos que ela reconheça as nossas diferenças para

trabalhar em favor do que temos em comum: anseios por um melhor convívio e por uma melhor qualidade de vida para todas e todos.

#puxandopapo



[What Does Diversity Mean to You?](#)

O que é diversidade? Este vídeo universitário nos conta como alunos da Universidade de Buffalo definem a diversidade. Precisamos entender que somos plurais antes de exercer o voto responsável.



O filme "[Longe da Árvore: pais, filhos e busca da identidade](#)" traz uma importante mensagem: a diversidade é o que nos une. Entender que nossas divergências é o que nos torna similares é primordial para compreensão do voto responsável.



Este [Ted Talk](#) nos encoraja a ver a diversidade como uma vantagem competitiva. Entender a vantagem da pluralidade nos motiva a exercer o voto responsável.

SOMOS COMUNI CADORES

Quantos compartilhamentos você fez hoje nas redes sociais? E no mês? Dificilmente paramos para pensar nisso. Na Era da Informação e das multitelas somos bombardeados por conteúdos a cada minuto. Não à toa, nunca se falou tanto sobre desinformação.

E ela está em todo o lugar, imagens, vídeos e textos reproduzidos em diversos canais, compartilhados em uma velocidade viral por representantes políticos, influencers, nossos vizinhos e amigos.

Não é de hoje, mas a pandemia, sem dúvida, reforçou a necessidade de sairmos do automático de inúmeras maneiras, inclusive ao compartilhar um conteúdo pelas plataformas digitais.

Não é exagero.

DESINFORMAÇÃO

Um [relatório da Avaaz](#) mostra que os principais sites de divulgação de informações falsas sobre saúde tiveram

quase quatro vezes mais visualizações no Facebook do que o conteúdo dos sites de dez instituições de saúde importantes, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC).

A pesquisa mostrou que redes globais de 82 sites que espalham informações falsas sobre saúde geraram cerca de 460 milhões de visualizações na rede social somente em abril de 2020, no auge da pandemia.

Muitos desses sites compartilhavam informações sobre falsas curas, levando milhares de pessoas em todo o mundo à morte ou à intoxicação, como casos relatados na imprensa no Irã, nos Estados Unidos, na Índia e em outros locais.

A disseminação da informação, no entanto, não se limita a questões de saúde e também não afeta todas as pessoas da mesma maneira. Porém, as consequências podem refletir diretamente nas tomadas de decisão pública. No [Seminário Pós-Verdade](#), evento realizado

pela Unicamp, o jornalista Eugênio Bucci, Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, lembrou que a mentira é tão antiga quanto a linguagem ou a cultura. “(...) O modo de fabricação de mentiras a partir da falsificação da condição jornalística posta hoje é um dado novo. E ele corrói por dentro, como um vírus, as bases da política e, com isso, afeta a democracia”.

A condição ressaltada pelo jornalista vai ao encontro da descredibilidade eminente das instituições, um problema para 62% dos brasileiros, de acordo com o [estudo global Edelman Trust Barometer 2017](#). A pesquisa ressalta o individualismo que orienta o consumo das informações e a credibilidade dada a elas.

Quase metade dos brasileiros entrevistados não escuta mais pessoas ou organizações das quais discordam com frequência, e nunca ou raramente mudam de ideia sobre questões sociais importantes. É alarmante a

tendência: criação de bolhas de informação; reprodução de conteúdo sem checagem, baseada na credibilidade subjetiva da pessoa que repassou; e aversão ao diálogo com pessoas que, de maneira geral, pensam diferente, levando, até mesmo, ao discurso de ódio.

COMO MUDAR ISSO?

Acreditamos que a desinformação pode ser combatida em várias frentes: comunicação saudável; autorresponsabilidade sobre o conteúdo que consumimos e compartilhamos; políticas de segurança nas plataformas digitais; e políticas públicas de combate às fake news.

Compartilhamos a crença do sociólogo e estudioso em sociedade em rede, Manuel Castells, de que a autonomia comunicativa é uma importante ferramenta de transformação política e cultural. Porém, embora ela tenha efeitos imensuráveis, a tecnologia por si só não produz mudança. Isso cabe a nós, usuários.

MEU,
SEU,
NOSO
VOTO

Josiane Paixão, 23 anos, recém se formou em Relações Públicas, na UFPR, em Curitiba. Logo que concluiu o curso voltou para a casa da família, em Paraisópolis, a maior favela de São Paulo. Hoje, como analista de marketing da Generation Brasil, organização voltada para empregabilidade de jovens, ela se enxerga neles e ressalta a importância de disseminar o diálogo e a comunicação saudável, sobretudo para que eles reconheçam seus espaços na sociedade. Na conversa com a Josiane pudemos ampliar a discussão sobre a comunicação e o voto responsável, sobretudo com jovens da periferia.



Meu, Seu, Nosso Voto: O que é voto responsável para você?

Josiane Paixão: Eu entendo como voto responsável aquele que parte da tomada de consciência do cidadão no seu lugar da sociedade, que se escolhe alguém para representá-lo, tendo consciência desse papel na sociedade.

MSNV: Por que é tão importante discutirmos o voto responsável hoje e como a organização social e política pode ajudar neste ponto?

Josiane Paixão: Organização política levou a comunidade [de Paraisópolis] a ter um dos menores índices de mortalidade, a gente não está sendo visto, todas as ações do governo do Estado não chegam à nossa comunidade. Se não nos organizássemos politicamente aqui morreríamos no meio da pandemia. O voto responsável é tomar consciência de que você precisa ser visto para ser lembrado, em situações

críticas e não críticas. Nós precisamos votar de forma responsável, porque são essas pessoas que vão garantir os nossos direitos. Se votarmos em uma pessoa que não tem consciência dos tipos de privação que a gente enfrenta, ela não vai nos representar nunca.

MSNV: Qual o papel da comunicação no caminho para o voto responsável?

Josiane Paixão: Para exercer um voto responsável, não só no cenário digital, você tem que estar aberto ao diálogo, a ouvir o outro, respeitar e expor sua visão com clareza e respeito. É imprescindível nesse momento estar aberto a esse diálogo, só assim para construir algo dentro dos interesses de todos. A comunicação é a ferramenta para conseguirmos harmonizar esses interesses. Com diálogo e respeito a gente consegue.

MSNV: Qual a importância de levar essa pauta aos jovens?

Josiane Paixão: É muito cultural. Chega a ser cultural da nossa sociedade menosprezar a política. Já que a gente tem consciência de todos esses males, a gente tem que ter consciência que também podemos mudar isso. Os jovens estão cada vez mais engajados, não só com política, mas com consciência de consumo.

Eu tenho consciência de, por estar envolvida na seleção desses jovens, de como é importante introduzir jovens que não teriam acesso a alguns espaços, se não fosse pela ONG. Eu me identifico com eles, porque eu também vim de uma realidade em que as oportunidades me foram negadas. E essa é a mesma situação de jovens que fazem o nosso curso. Eu volto a minha atenção à tentativa de introduzir esse espaço a pessoas que não tenham a oportunidade de estar ali. Isso é um ato político.

#puxandopapo



Este vídeo explora o empoderamento dos jovens na Era Digital, oferecendo uma nova perspectiva sobre como os adolescentes podem usar a mídia digital para amplificar suas vozes e mobilizar impacto social. Utilizemos os canais digitais para estimularmos o voto responsável!



Este vídeo fala como a tecnologia pode revolucionar a participação dos cidadãos na vida pública. Questiona se a democracia pode ser melhorada com a internet a partir de várias entrevistas com especialistas no assunto.



Este curto documentário fala sobre o surgimento da hashtag BlackLivesMatter, mostrando o potencial da mobilização digital para maior alcance e engajamento na comunicação de causas nas redes.



Neste e-book **Construindo o Voto Responsável: por onde começar?** apresentamos um panorama sobre o tema. Esse material serve de base para as próximas ações do projeto **Meu, Seu, Nosso Voto**. Veja só como você pode se engajar:

1. Multiplique: Espalhe o assunto nas suas redes! A pessoa multiplicadora é aquela que espalha informações sobre o voto responsável entre a sua galera, pelas redes sociais e em conversas informais. Para isso, disponibilizamos um kit para mídias sociais, com imagens e textos prontos para serem postados, em [nossa página](#).

2. Mobilize: Espalhe o assunto entre a sua galera! A pessoa mobilizadora é aquela que promove conversas com a sua rede, a partir do nosso guia de rodas de conversa. Para isso, confira o nosso **Guia para diálogos: 6 roteiros para construir o voto responsável**, no qual você encontra um passo-a-passo e roteiros de como realizar uma roda de conversa online. Baixe em [nossa página](#).

3. Amplifique: Apoie institucionalmente e nos ajude a pautar a imprensa. As pessoas amplificadoras são aquelas que integram alguma organização que pode ser parceira do projeto em demandas técnicas, como a adaptação do e-book e do guia para públicos específicos. São também amplificadoras as pessoas que abrem espaço na imprensa para que o assunto “voto responsável” esteja em debate. Veja o nosso press kit na [nossa página](#).

Contamos com você para espalhar por aí a importância do voto responsável!



Produção de conteúdo: Karina Pizzini (Escola da Política); Marcela Requião (Instituto Política Por.De.Para Mulheres); Michele Bravos (Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos)

Edição: Karina Pizzini (Escola da Política) e Michele Bravos (Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos)

Diagramação: Isa Imay (Nossa Causa)

Revisão: Karina Pizzini (Escola da Política); Marcela Requião (Instituto Política Por.De.Para Mulheres); Michele Bravos (Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos)

Aprovação: Camilla Ceylão (Nossa Causa); Karina Pizzini (Escola da Política); Marcela Requião (Instituto Política Por.De.Para Mulheres); Michele Bravos (Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos); Natasha Alvarez (Programa Cidade da Gente).

Data de publicação: Setembro/2020

MEU, SEU, NOSO VOTO



Escola da
Política

NOSSA
CAUSA

INSTITUTO
AURORA
EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS

cidade
da
gente

POLÍTICA por de para MULHERES

“O diálogo, contudo, precisaria se transformar em metodologia. [...] Ele parece impotente diante do ódio. Ele parece delicado demais. Mas o diálogo em si mesmo é um desafio. Um desafio micropolítico cuja execução pode nos ajudar a pensar no que fazer e em como agir em escala macropolítica.”

Márcia Tiburi